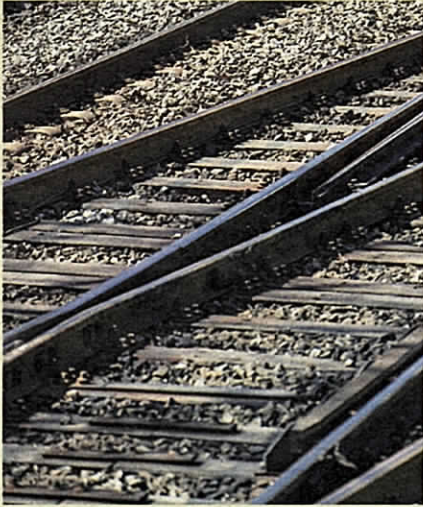


19

municípios da região do Pinhal Interior foram contemplados com um programa de revitalização a que corresponde uma previsão de despesa de €185 milhões. 13 medidas (20% das programadas) consistem em projetos-piloto de cariz experimental que, a alcançarem os resultados pretendidos, serão transpostos para outros locais do país



APOSTA NA FERROVIA E NAS LIGAÇÕES A ESPANHA
Depois de anos de abandono, chovem agora milhões de euros para a reabilitação das ligações ferroviárias. Desde logo com o concurso público para a construção da linha de caminho de ferro Évora-Elvas-Caia, que conclui a ligação ferroviária a alta velocidade entre as capitais Lisboa e Madrid e permite fechar o corredor do Atlântico para o transporte de mercadorias de Sines até ao porto de Le Havre (obra orçada em €388 milhões). Está também em curso a reativação e modernização do troço Covilhã-Guarda.

Programa Nacional para a Coesão Territorial executado a 65%
MUDANÇA Das 164 medidas previstas no Plano Nacional para a Coesão Territorial, 107 encontram-se executadas ou em vigor (65%) e 32 em curso (20%). Está também em marcha, de acordo com os responsáveis pela Unidade de Missão para a Valorização do Interior, um balanço global com as várias áreas da governação, no sentido de fazer os ajustamentos necessários às medidas em curso e de criar novas medidas caso se conclua que pode ser necessário.

Proximidade de Espanha
O potencial de dinamização de redes internacionais entre Portugal e Espanha, a partir da zona fronteiriça, é enorme. Já há concelhos dos dois países a partilhar equipamentos.

Urgência da descentralização
Continua a haver falta de coragem política para tirar competências administrativas de Lisboa para o resto do país.

Território O Interior está definitivamente na agenda. Entre os incentivos reclamados e os já atribuídos, multiplicam-se exemplos de sucesso empresarial

Já há €1500 milhões para desenvolver o Interior

Textos **VÍTOR ANDRADE** e **PEDRO LIMA**

Basta viajar pela parte menos povoada do território para se perceber facilmente duas coisas: impacto brutal dos incêndios de 2017 e, pelo lado positivo, atividade económica em lugares improváveis. Novos projetos agrícolas a surgirem um pouco por toda a parte, mais rebanhos nos prados, assim como fábricas em lugares remotos e ainda casas de campo convertidas ao turismo e à fruição de espaços fluviais ou de montanha. E a lista podia continuar. João Paulo Catarino, coordenador da Unidade de Missão para a Valorização do Interior, que percorre milhares de quilómetros todos os meses, não tem dúvidas de que algo está a mudar, “e para melhor”. Desde logo porque se sente, segundo diz, que os poucos jovens que ficaram já acreditam que podem ter ali uma oportunidade. E estão a ter, na verdade, algumas alternativas de emprego que há três/quatro anos não tinham, sobretudo nos sectores da agricultura e agroindústria, turismo e restauração, mas também na área do conhecimento e da inovação. No total, e segundo contas da Secretaria de Estado do Desenvolvimento e

Coesão, estão aprovados para os territórios de baixa densidade 1830 projetos, aos quais corresponde um investimento de €1,5 mil milhões. Os dados são de janeiro e abrangem os últimos quatro anos. Há grandes grupos nacionais e internacionais com investimentos em concelhos do Interior (ver infografia). E mais poderão estar para vir.

Problemas do Interior nasceram em Lisboa

Ficou determinado — pela Unidade de Missão liderada por João Paulo Catarino — que territórios de baixa densidade são todos os que se integram na zona compreendida entre a serra algarvia e o distrito de Bragança, excluindo a faixa litoral de Setúbal a Braga. “Simplificando, estamos a falar de territórios ou com um PIB *per capita* abaixo da média nacional ou de áreas povoadas mas com um número de habitantes por quilómetro quadrado abaixo do que se verifica na faixa litoral mais industrializada do país”, explica o mesmo responsável. Se ainda há muitos problemas no dito Interior? “Claro que sim, mas são problemas que não nasceram ali. Decorrem, antes, de décadas de uma ausência total de política territorial, levada a cabo pelos partidos da direita (PS incluído)”, nota Patrícia Machado, da Comissão Política do Partido Comunista Português (PCP). Ou seja, os desequilí-

brios territoriais do país não surgiram no Interior mas sim em Lisboa. Do lado do Governo, o tema parece ter entrado em força na agenda. O ministro da Economia garante que sim e, questionado pelo Expresso, admite que poderá haver mais medidas de incentivo ao investimento no Interior além das que já foram aprovadas (ver destaques com principais medidas de apoio). “Há propostas que vão ser analisadas, mas não é o momento para as estar a anunciar, até porque são transversais no Governo, envolvem o Ministério das Finanças”, diz Manuel Caldeira Cabral (ver entrevista ao lado). O governante acredita que vêm aí mais investimentos relevantes para o país, pois há projetos em análise nos serviços partilhados, turismo, agroalimentar, automóvel ou farmacêutico. “Quase todos os dias tenho reuniões com interessados em investir”, afirma. É, garante, o resultado de vários fatores, como a “estabilidade política, fiscal, contas públicas em ordem, boas parcerias tecnológicas, infraestruturas, qualidade da mão de obra e das instituições e custos competitivos”. Parte desse investimento deverá ir para o Interior. Patrícia Machado lamenta que as sirenes só tenham tocado depois de terem morrido 114 pessoas nos incêndios do ano passado. E considera “curioso”, no mínimo, que aqueles que agora reclamam mais Estado para o Interior sejam os mesmos que participaram em go-

vernamentos sucessivos ao longo das últimas décadas, de onde destaca Jorge Coelho, Álvaro Amaro ou Miguel Cadilhe, ligados ao recém-criado Movimento pelo Interior, que junta políticos, gestores e empresários. A representante do PCP critica o facto de a própria Política Agrícola Comum ter contribuído para a destruição da pequena agricultura familiar, que era o suporte socioeconómico de uma grande parte dos territórios das aldeias, e reclama a reorientação das verbas que ainda restam do Quadro Comunitário de Apoio em curso para as pequenas e médias empresas agrícolas sobreviventes. Defende ainda a abolição das portagens nas ex-SCUT e a renegociação das Parcerias Público Privadas, muitas delas no sector rodoviário, mas também na área da saúde. “Afinal, ao serviço de quem é que deve estar a política: das PPP ou das pessoas?”, remata. Também o deputado Luís Testa, do Partido Socialista, quer mais investimento público no Interior. “Até porque acaba por induzir investimento privado”, sublinha, dando como exemplo Alqueva. Do lado do CDS, o seu vice-presidente, Adolfo Mesquita Nunes, lamenta que se tenham perdido seis meses só porque “os partidos das esquerdas chumbaram a nossa proposta de criação de um estatuto fiscal para o Interior”. “Agora o Governo quer fazer isso; pois é, mas já podia estar feito”, acrescenta.

vandrade@expresso.impresa.pt

Grandes projetos no

SERVIÇOS TECNOLÓGICOS

INDÚSTRIA

PUREVER (€46 MILHÕES)
NELAS
Produtos de refrigeração e salas limpas. Exporta para 26 países e investiu numa nova unidade de produção que poderá criar mais 140 empregos

LABESFAL
TONDELA
Indústria farmacêutica. Nova fábrica permite aumentar a produção e criar cerca de 140 empregos

FRULACT
COVILHÃ
Quinta maior empresa do mundo. Preparados da indústria alimentar. Vai aumentar o empreendedorismo agrícola na região da Cova da Beira

OUTSYSTEMS
PROENÇA-A-NOVA
Empresa de software com clientes em 43 países. Vai criar mais 200 empregos até 2018

TEKEVER (€30 MILHÕES)
PONTE DE SOR
Produção de *drones*. Pode chegar aos 200 empregos

EMBRAER (€93,6 MILHÕES)
ÉVORA
Aeronáutica. Dois projetos de investimento nas fábricas de Évora. Vai criar mais de 200 postos de trabalho

FONTE: MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Linha de crédito para a madeira queimada

APOIO Foi já criada uma linha de crédito garantida para parqueamento de madeira queimada de resinosas de €5 milhões, destinada a apoiar os operadores das fileiras silvoindustriais que instalem parques de receção de madeira queimada de resinosas proveniente das regiões mais afetadas pelos incêndios florestais de 2017. Com esta medida, o Governo pretende impor preços mínimos a pagar pela madeira ardida, de forma a que os proprietários não sejam prejudicados por eventuais práticas de quebra abrupta e concertada de preços. Os primeiros parques começam agora a surgir na zona centro

FOI JÁ AUTORIZADA UMA DESPESA DE €44 MILHÕES ESPECIFICAMENTE DIRECIONADA PARA TRABALHOS DE LIMPEZA DE MATAS E PARQUES NACIONAIS E PARA A INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DA REDE PRIORITÁRIA DE FAIXAS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL (LENHOSO). AS AÇÕES A REALIZAR VÃO DECORRER NAS CHAMADAS ZONAS PRIORITÁRIAS, CONCENTRADAS ESSENCIALMENTE NO NORTE E NO CENTRO DO PAÍS, E PREVEEM UM TOTAL DE 3620 QUILOMETROS DE FAIXAS, SENDO QUE 1179 SERÃO EM ÁREAS PÚBLICAS E OS RESTANTES 2441 EM PROPRIEDADE PRIVADA



SIMPLIFICAR O CADASTRO E IDENTIFICAR AS TERRAS
Está a ser criado um sistema de cadastro simplificado e Balcão Único do Prédio para representação gráfica georreferenciada e procedimento especial (gratuito) de registo de prédios rústicos e omissos. O projeto-piloto está em implementação em 10 municípios (7 deles afetados pelos incêndios de 2017)



AS DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL Uma iniciativa orçada em €4 milhões, com projetos aprovados em 2017 em Alvaiázere, Ansião, Figueiró dos Vinhos, Miranda do Corvo, Oliveira do Hospital, Pedrógão Grande, Penela, Póvoa-a-Nova, Vila de Rei e Vila Nova de Poiares.

2

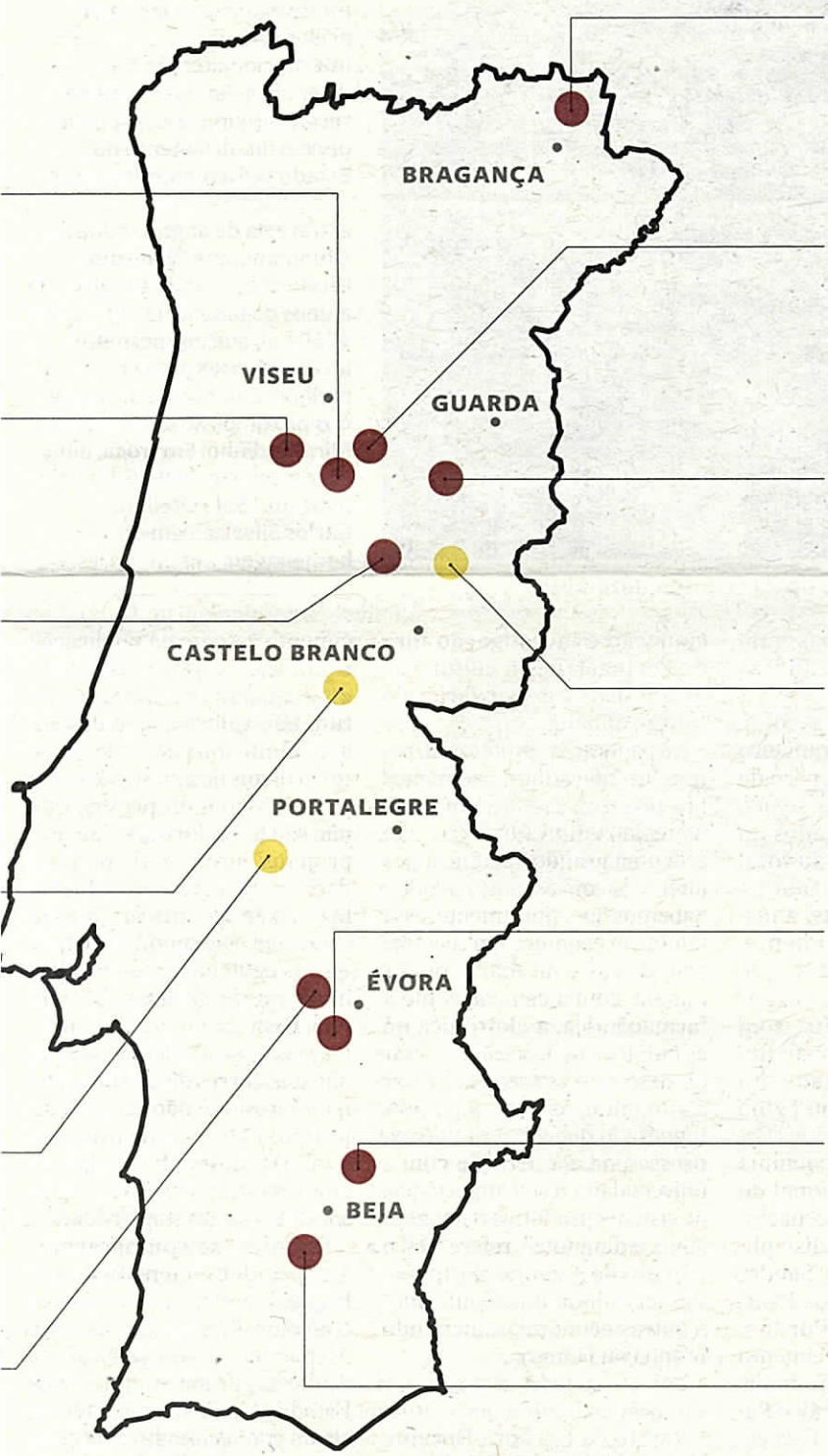
anos de existência completados em janeiro pela Unidade de Missão para a Valorização do Interior. Uma promessa eleitoral feita por António Costa e que acabaria por concretizar três meses depois de ter formado o Governo. O objetivo do organismo é criar, implementar e supervisionar um programa nacional para a coesão territorial e promover medidas de desenvolvimento do Interior. Passou a ter sede em Pedrógão Grande a partir dos incêndios de junho de 2017



VALORIZAÇÃO TURÍSTICA DO INTERIOR

Estão criadas três linhas de apoio: a) Linha de Apoio à Tesouraria, com uma dotação de €3 milhões; b) Reforço do Programa Valorizar, com aumento da dotação orçamental de €30 milhões para €60 milhões e alargamento do âmbito da linha de apoio à valorização turística do Interior a projetos de recuperação dos ativos de empresas do turismo atingidas pelos incêndios; c) Linha de Apoio à Qualificação da Oferta. Há ainda uma outra verba de €30 milhões para reforçar o Programa Valorizar.

Interior do país



- FAURECIA (€41,5 MILHÕES)**
BRAGANÇA
Nova fábrica para equipamentos automóveis. Vai criar mais de 400 empregos
- PSA (€50 MILHÕES)**
MANGUALDE
Novos carros de lazer (classe LAV). O investimento vai servir para se adaptar à Indústria 4.0
- COFICAB**
GUARDA
Cabos para automóveis com tecnologia 4.0. Vai criar mais de 200 empregos
- ALTRAN**
FUNDÃO
Empresa líder mundial de serviços de engenharia e I&D com 1200 colaboradores em Portugal. Vai chegar aos 400 postos de trabalho nesta cidade
- MECHACROME (€30 MILHÕES)**
ÉVORA
Aeronáutica. Início em março de 2017. O investimento vai criar 300 empregos até 2020
- FAIRFRUIT (€14 MILHÕES)**
BEJA
Indústria agroalimentar: transformação e embalagem de fruta de 1ª categoria. Vai criar 35 postos de trabalho e 150 empregos sazonais
- LUNDIN MINING (€350 MILHÕES)**
NEVES CORVO
Minas: exploração de zinco. Vai criar 300 empregos

Manuel Caldeira Cabral Ministro da Economia

“Há investimentos muito relevantes”

Falar com investidores para incentivar investimentos faz parte da missão do ministro da Economia, que rejeita a ideia de desertificação do Interior, diz que o Governo vai estudar novos incentivos e elogia os autarcas que de norte a sul estão a conseguir levar fábricas e centros de serviços para outras regiões que não Lisboa e Porto.

Q O que é que o Governo pode fazer para incentivar o investimento no Interior?

R Há várias coisas que o Governo pode e está a fazer. Uma delas é o aconselhamento do investimento, mas o maior incentivo são os fundos estruturais. Muitos dos investimentos no Interior vão à procura de mão de obra e de capacidade de resposta que já não encontram noutras regiões. Temos incentivado a colaboração entre as universidades e escolas e as empresas e dado apoio através do IAPMEI e da AICEP.

Q Admitem reduzir o IRC para quem se instalar no Interior?

R Há uma série de medidas que estão a ser estudadas, mas prefiro não me pronunciar neste momento.

Q O recém-criado Movimento pelo Interior defende essa diferenciação fiscal.

R Esse Movimento é positivo, mas já antes de ele aparecer o Governo tinha criado a Unidade de Missão para o Interior e lançado uma série de medidas que estão a ser implementadas. Hoje, temos no terreno investimentos relevantes em áreas vistas como sofisticadas e de grande potencial de crescimento, não só na aeronáutica, em Évora e Ponte de Sor, mas também na indústria automóvel em Mangualde, Nelas e Bragança, farmacêutica, tecnológica... Passa-se por vezes a ideia de desertificação que é muito contraditória com estes exem-

plos. Temos chamado a atenção às empresas que querem entrar em Portugal para a proximidade de algumas regiões ao mercado espanhol. O facto de estarem no Interior não é uma desvantagem, veja-se o caso da Faurecia, em Bragança, na indústria automóvel, que está perto de pontos de escoamento dos produtos, e está a contratar mais 400 pessoas, passando de 800 para 1200. No turismo estão a ser construídos ou renovados 43 hotéis no Interior, beneficiando dos fundos europeus. Por outro lado, as exportações agrícolas cresceram 15,6% em janeiro, o dobro das exportações totais, desde a fruta ao azeite, carne, frutos vermelhos, cogumelos...

Q Quais são os municípios que mais se destacam no dinamismo e no trabalho que têm estado a fazer para captar investimento e que sirvam como referência?

R Destacar umas câmaras e deixar outras de fora seria injusto, mas há casos visíveis, como o Fundão. Guimarães e Braga têm estado muito ativas. Fátima tem-se destacado muito na indústria, Ponte de Sor na aeronáutica, Mangualde, Nelas... Em todo o país há muitos autarcas que perceberam que as autarquias também têm um papel importante na atração de investimento. Essa atitude pró-ativa vê-se ao nível do IMI e outros impostos municipais ou mesmo no custo das áreas industriais. A AICEP tem estado a dar apoio direto às autarquias e, com o IAPMEI e o Ministério da Modernização Administrativa, estamos a preparar a abertura do Espaço Empresa, para que possa haver um espaço nas câmaras onde as empresas tratem dos seus licenciamentos e ter a informação necessária para desenvolver os seus investimentos. Vamos expandir este projeto por mais de 20 municípios.

00

ões de euros vindos do Portugal estão a caminho do investimento empresarial nos territórios de baixa densidade. A 24 de novembro foram dos dois concursos visando o envolvimento dos territórios mais afetados pelos incêndios: o SI Inovação, para apoio ao investimento produtivo e dirigido a investimentos com maior intensidade de capital fixo (€10 milhões), e o SI Inovação Digital, lançado pela primeira vez e direcionado para apoiar investimentos com maior intensidade de mão de obra (€23 milhões)

Programa Nacional de Regadio já está no terreno

ÁGUA O Governo lançou há duas semanas o Programa Nacional de Regadio, um plano de investimento a cinco anos que prevê a mobilização de €534 milhões, a financiar pelo Programa de Desenvolvimento Rural (PDR 2020), pelo Banco Europeu de Investimento (BEI) e pelo Banco de Desenvolvimento do Conselho da Europa (CEB). As obras vão beneficiar 95 mil hectares em todas as regiões do país e, pelas contas do Ministério da Agricultura, serão criados 10.550 postos de trabalho nesta área de atividade, quando o projeto entrar na chamada ‘velocidade de cruzeiro’. Ou seja, depois de 2022, quando todas as obras estiverem operacionais.



EMPREENDEDORES

Foi lançado em 8 de fevereiro deste ano o concurso do programa de Incentivos ao Emprego e Empreendedorismo, com uma dotação de €12,5 milhões para apoiar a criação de micro e pequenas empresas e micro e pequenos projetos para os territórios afetados pelos incêndios de 2017.

Mudar as mentalidades

As universidades e os politécnicos começam a orientar cada vez mais o ensino para as necessidades dos locais onde se integram, o que acaba por se repercutir no desenvolvimento económico das regiões.

Território por conhecer

Uma grande parte do território, sobretudo no centro e no norte, é de donos desconhecidos. Urge acelerar a atualização do cadastro territorial.